



Marzo 2020 - ISSN: 1988-7833

## **SUSTENTABILIDADE APLICADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – ESTUDO DE CASO DE BOMBINHAS/SC**

**Nádia Mara Franz**

Doutoranda em Tecnologia e Sociedade – UTFPR

Professora – ESIC

nadiafranz@alunos.utfpr.edu.br

**Cleverson Vitório Andreoli**

Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR

Professor e Pesquisador - ISAE

cleverson@andreoli.eng.br

**Lilian da Silva Dias**

Professora - UNESPAR

liliandias20@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Nádia Mara Franz, Cleverson Vitório Andreoli y Lilian da Silva Dias (2020): “Sustentabilidade aplicada na administração pública municipal – estudo de caso de BOMBINHAS/SC”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (marzo 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/03/administracao-publica-municipal.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2003administracao-publica-municipal>

### **RESUMO**

Muito se fala na urgência de melhoria da administração pública brasileira, mas como isso é possível? O presente trabalho é um estudo de caso e tem como objetivo compreender como são gerenciadas as práticas que visam estimular o desenvolvimento sustentável na administração pública da cidade turística de Bombinhas/SC. Fundamentado em conceitos sobre o desenvolvimento, cidades e turismo sustentável, o estudo identifica e descreve ações e políticas adotadas pela administração pública municipal nos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental; e analisa os efeitos em indicadores de desempenho relacionados a estas dimensões. O resultado do estudo demonstra ser exequível que uma administração pública municipal trilhe o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável de sua cidade, com planejamento e gestão participativa, alinhados aos princípios da governança em suas políticas públicas.

**Palavras chave:** Políticas Locais para o Desenvolvimento Sustentável, Administração Pública Municipal; Gestão Pública Participativa; Governança Pública; Cidade de Bombinhas (SC).

### **TÍTULO: SOSTENIBILIDAD APLICADA EN LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA MUNICIPAL - ESTUDIO DE CASO DE BOMBINAS / SC**

### **RESUMEN**

Mucho se habla de la urgencia de mejora de la administración pública brasileña, pero ¿cómo es posible? El presente trabajo es un estudio de caso y tiene como objetivo comprender cómo se manejan las prácticas que apuntan a estimular el desarrollo sostenible en la administración pública de la ciudad turística de Bombinhas / SC. El estudio identifica y describe acciones y políticas adoptadas por la administración pública municipal en los tres pilares del desarrollo sostenible: económico, social y ambiental, fundamentado en conceptos sobre el desarrollo, ciudades y turismo sostenible. y analiza los efectos en indicadores de rendimiento relacionados con estas dimensiones. El resultado del estudio demuestra que es factible que una administración pública municipal camine el camino hacia el desarrollo sostenible de su ciudad, con planificación y gestión participativa, alineados a los principios de la gobernanza en sus políticas públicas.

**Palabras clave: Políticas Locales para el Desarrollo Sostenible, Administración Pública Municipal; Gestión Pública Participativa; Gobernanza Pública; Ciudad de Bombinhas (SC).**

**TITLE: SUSTAINABILITY APPLIED TO MUNICIPAL PUBLIC ADMINISTRATION  
- CASE STUDY OF BOMBINHAS / SC**

**ABSTRACT**

*Much is said about the urgency of improving the Brazilian public administration, but how is this possible? The present work is a case study and aims to understand how sustainable development occurs in the public administration of the touristic city of Bombinhas / SC. Based on concepts about development, cities and sustainable tourism, the study identifies and describes actions and policies adopted by the municipal public administration in the three pillars of sustainable development: economic, social and environmental; and analyzes the effects on performance indicators related to these dimensions. The result of the study demonstrates that it is feasible for a municipal public administration to walk the path towards the sustainable development of its city, with planning and participative management, aligned with the principles of governance in its public policies.*

**Keywords: Local Policies for Sustainable Development, Municipal Public Administration; Participatory Public Management; Public Governance; City of Bombinhas (SC)**

## **1. INTRODUÇÃO**

As administrações públicas municipais brasileiras ganharam maior autonomia administrativa e a distribuição das verbas públicas foi ampliada com a Constituição de 1988, entretanto foram estabelecidos limites rígidos na aplicação dos recursos e seus atos são fiscalizados pelos Tribunais de Contas da União. Por outro lado, a população das áreas urbanas cresce a cada ano e cerca de 86% da população brasileira já vive em áreas urbanas. Esse cenário desafia os gestores públicos a buscar soluções inovadoras e sustentáveis, que promovam o crescimento econômico com benefícios sociais e ambientais. O turismo, que já representa 3,7% do PIB brasileiro, aponta como uma das formas viáveis ao crescimento econômico das cidades, mas também passa pelo mesmo desafio de ser sustentável.

Neste contexto que reside o interesse e relevância da pesquisa, de saber se é possível termos uma administração pública municipal alinhada às práticas de governança e que estimule o desenvolvimento sustentável em suas três vertentes: econômico, social e ambiental. Esse trabalho deriva da dissertação de mestrado *Gestão Participativa, Práticas de Governança e o Desenvolvimento Sustentável em Cidades Turísticas de Pequeno Porte* apresentado no programa de Mestrado Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE.

O referencial teórico busca fundamentar a coleta e a análise dos dados nos conceitos do desenvolvimento sustentável e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, detalhando o ODS 11, que é voltado às cidades, bem como os estudos sobre cidades sustentáveis, *smart cities* e o turismo sustentável.

O trabalho tem a abordagem mista de pesquisa qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com delimitação e design técnico de estudo de caso. O objetivo é de caráter exploratório descritivo e analítico. Os procedimentos técnicos para a coleta de dados são a pesquisa documental, entrevista semiestruturada e observação não participante. A análise dos dados é conduzida pela estratégia analítica fundamentada em referencial teórico. Os dados quantitativos são numéricos e representam os indicadores de desempenho da cidade. A apresentação dos dados quantitativos é realizada através de gráficos de dispersão e a média nacional dos indicadores é utilizada como medida de comparação com o indicador de desempenho da cidade.

O resultado da pesquisa demonstra ser exequível que uma administração pública municipal trilhe o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável de sua cidade, com planejamento e gestão participativa, alinhados aos princípios da governança no processo de suas políticas públicas. A cidade de Bombinhas apresenta crescimento da população, PIB per capita, média dos salários mínimos e do IDHM no período mensurado, porém o crescimento econômico não reflete na mesma proporção nos indicadores sociais e ambientais. Os estudos indicam que crescimento econômico é importante, mas são as escolhas políticas adequadas que levam os benefícios sociais e ambientais à sociedade.

A Sustentabilidade na Administração Pública Municipal – Estudo de Caso Bombinhas/SC está estruturado em cinco seções. A primeira seção traz a introdução que enfatiza a relevância e o objetivo do estudo. A segunda seção apresenta o referencial teórico e a terceira seção descreve os procedimentos metodológicos que abordam os métodos da pesquisa, os indicadores de desempenho selecionados e o ambiente da pesquisa. A quarta e a quinta seção expõem respectivamente a análise e discussão dos resultados e as considerações finais.

O objetivo da pesquisa é compreender como é gerenciado o desenvolvimento sustentável na administração pública da cidade turística de Bombinhas/SC. Para tal, o estudo identifica e descreve ações e políticas adotadas pela administração pública municipal nos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental; e analisa os indicadores de desempenho relacionados a estas dimensões.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 DESENVOLVIMENTO, CIDADE E TURISMO SUSTENTÁVEL**

A incorporação dos temas sobre a sustentabilidade na agenda pública do desenvolvimento é algo ainda recente em muitas das administrações públicas municipais, ou mesmo nas esferas estaduais e federais. O conceito do desenvolvimento sustentável foi estabelecido na década de 70 e um dos mais aceitos é o de Brundtland:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora

e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (NAÇÕES UNIDAS, 2018, online).

A Conferência das Nações Unidas de Estocolmo (1972) levou à discussão entre os líderes mundiais da necessidade do equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, freando a degradação ambiental instalada.

Para Sachs (2009), o desenvolvimento sustentável será alcançado por:

(...) uma abordagem holística e interdisciplinar, na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando sua diversidade. Conservação e aproveitamento racional da natureza podem e devem andar juntos. (SACHS, 2009, p.31).

Em 2009 Sachs estabeleceu oito aspectos a serem considerados para o desenvolvimento sustentável, que são: Social (igualdade, distribuição de renda, qualidade de vida), Cultural (tradição e inovação), Ecológica (uso racional dos recursos), Ambiental (preservação dos ecossistemas naturais), Territorial (equilíbrio entre as áreas urbanas e rural, melhoria das cidades), Econômico (desenvolvimento econômico equilibrado, inovação e globalização da economia), Política Nacional (coesão social, parcerias, democracia) e Política Internacional (promoção da paz, prevenção de mudanças climáticas e cooperação). (SACHS, 2009, p. 85).

Atualmente, o conceito mais utilizado de desenvolvimento sustentável se baseia em três aspectos básicos: econômico, social e ambiental. É considerado o tripé da sustentabilidade, também conhecido por *Triple Bottom Line*, definido por John Elkington, em 1990.

No Brasil foram realizadas conferências sobre temas de desenvolvimento sustentável que obtiveram destaque e com resultados aplicáveis. Em 1992, na Conferência da ONU no Rio de Janeiro, foram articulados acordos, tratados, convenções e a apresentação da Agenda 21, definida como um plano de ação para o século 21 e um compromisso dos países com a sustentabilidade do planeta. É considerado um marco na história brasileira de mobilização internacional para as questões ambientais. A conferência Rio+20 foi um propulsor para a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Embasados nos ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no estudo conjunto de governos e a sociedade civil de vários países, foi lançado em 2015, na Cúpula da ONU, os 17 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que estão subdivididos em 169 metas a serem cumpridas por todos os países até 2030.

De acordo com conteúdo das Nações Unidas, os 17 objetivos e as 169 metas estão fundamentados em cinco dimensões do desenvolvimento sustentável: Pessoas: Erradicar a fome e a pobreza de todas as maneiras, Prosperidade: Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza. Planeta: Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta. Paz: Promover sociedade civis pacíficas, justas e inclusivas. Parcerias: Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS são interdependentes e necessitam ser aplicados globalmente, de forma integrada, e agir localmente. O cumprimento dos objetivos dos ODS depende de políticas, ações e parcerias regionais e locais. A ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, contribui com as parcerias pública, privada e sociedade civil para o cumprimento das metas e objetivos até 2030.

### **Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

O ODS 11 se relaciona ao desenvolvimento sustentável das cidades e para ser alcançado é necessário que se avance no cumprimento das metas de todos os outros objetivos, dado sua interdependência com os demais ODS, pois entre suas metas estão o acesso a todos de habitação com energia, saneamento básico, transporte e segurança, buscando a eficiência dos recursos. O ODS 11 apoia planejamentos urbanos integrados ao peri urbano e rural que promovam o crescimento econômico, o bem-estar social e recuperem e protejam o meio ambiente, mitigando as mudanças climáticas, as catástrofes e as mortes decorrentes destas.

O governo federal criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo Decreto Nº 8.892 (2016) formada por 32 representantes do governo e da sociedade

civil, cuja finalidade é: “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil”. A Comissão reúne e promove eventos que debatam e proponham ações ao alcance das metas. A Caravana Siga Bem, que disseminou os ODS em 22 estados, em mais de 100 cidades e a Primeira Jornada ONE 2030 sobre o ODS 11 que ocorreu em junho de 2017 em São Paulo/SP são exemplos de eventos apoiados pela Comissão Nacional para os ODS. O Brasil já é tido como referência na América Latina em determinados aspectos do planejamento urbano, por ter em sua legislação o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor Participativo, que disciplina a urbanização das cidades.

### **Cidades Sustentáveis**

Segundo dados da ONU, mais de 50% da população mundial habita nas cidades e até 2030 deverá chegar à 70%, sendo que destes, 10% vivem em assentamentos precários e deve triplicar até 2050, ou seja, chegar à três bilhões de pessoas. Na América Latina 75% da população vivem em áreas urbanas e no Brasil este índice ultrapassa a 86%.

Contudo, como as cidades não tem infraestrutura para abrigar tamanha população, há o desencadeamento de uma série de problemas como falta de saneamento, moradia e acesso à saúde e educação. A ONU alerta que as cidades consomem mais de 75% do total de energia produzida e emitem 80% dos gases que causam o aquecimento global. A fome, desemprego, desigualdade social, congestionamentos de trânsito, poluição de todas as formas e degradação do meio ambiente se somam aos desafios a serem repensados pelos gestores públicos e sociedade civil, a fim de que as cidades encontrem o caminho para a sustentabilidade.

“O conceito de cidades sustentáveis requer uma nova lógica de funcionamento, gestão e crescimento em detrimento das que foram praticadas no século XX, seguindo a ideia de crescimento com esgotamento”. (LEITE, 2012, como citado em REGO, 2013, p. 549).

Sachs (2009, p. 53) ressalta que é necessário adotar padrões negociados e contratuais de gestão de biodiversidade, estabelecer o uso racional e sustentável dos recursos naturais em prol das populações locais e incorporar a conservação da biodiversidade como um componente de estratégia de desenvolvimento.

Diante desta realidade, percebe-se que temas que envolvem as cidades têm tomado a agenda de órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que tem se debruçado em estudos para transformar o pacto global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS em ações locais nas cidades, na área rural e nos assentamentos, pois é nestes espaços que permeiam a agenda do desenvolvimento e o alcance dos ODS até 2030.

A ONU Habitat atua com os países membros na Agenda Urbana para o desenvolvimento sustentável das cidades e tem em suas estratégias os seguintes princípios: a urbanização deve proteger e promover os direitos humanos e o princípio da legalidade, garantir a equidade no desenvolvimento urbano, empoderar a sociedade civil, expandindo a democracia; promover a sustentabilidade ambiental, promover a inovação que facilite o aprendizado e a aquisição de conhecimento. No Brasil, os gestores públicos municipais se reúnem em eventos nacionais como a “Conferência das Cidades” e a “Marcha dos Prefeitos” para debater questões urbanas que antes eram tratadas somente a nível local ou regional, ganhando desta forma, força nacional junto ao Congresso e Governo Federal.

Para a ONU os planejamentos urbanos devem contemplar soluções de conflitos já existentes como a pobreza e a desigualdade, atuar na prevenção e adaptação às mudanças climáticas e ser um agente transformador aliado na inovação.

Sachs, já em 2008, falava da importância do agir localmente, do respeito a diversidade de cada região, da participação social e da inovação nas estratégias de desenvolvimento urbano.

A enorme diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micros e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniforme de desenvolvimento. Para serem eficazes, estas estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sócias e a imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado, e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento. (SACHS, 2008, p. 61).

“Toda cidade sustentável se desenvolve a partir de uma ligação adequada, respeitada e ponderada entre o meio ambiente construído e a geografia natural. Portanto, planejar todas as etapas da urbanização é essencial para que a cidade possa ser bem cuidada”. “Sendo assim, são necessários modelos contemporâneos adequados ao desenvolvimento sustentável, reformulados conjuntamente, pela atuação pública e privada”. (LEITE, 2012 como citado em REGO, 2013, pp. 548 - 549).

O Economist Intelligence Unit, departamento de pesquisa da revista The Economist, pesquisou 140 metrópoles baseados em cinco pilares de sustentabilidade: segurança, saúde, cultura, educação e infraestrutura e cidades como Melbourne (Austrália), Viena (Áustria), Vancouver, Toronto e Calgary (Canadá) são listadas como as melhores cidades para viver em 2017. (THE ECONOMIST, 2017).

De acordo com o Programa Cidades Sustentáveis (2012), as cidades sustentáveis caracterizam-se por boa gestão e governança pública, planejamento, consciência política, participação social, economia responsável, compromisso com os valores humanos, cuidado com a natureza e as pessoas, ação local e visão global.

### **Cidades Inteligentes – *Smart Cities***

As superpopulações das cidades trazem grandes questões a serem equalizadas, mas também é nelas que surgem as grandes inovações que permitirão às áreas urbanas serem locais possíveis de se viver com qualidade de vida em equilíbrio com o meio ambiente e o crescimento econômico.

Leite (2012, p. 12) destaca que “maiores densidades populacionais urbanas estão diretamente ligadas ao maior desenvolvimento de inovação urbana”. Para Leite (2012, p. 6) “o desenvolvimento urbano sustentável impõe o desafio de refazer a (cidade) existente, reinventando-a. De modo inteligente e inclusivo”.

Leite (2012) reforça a necessidade da utilização de novos sistemas de tecnologia a serviço da governabilidade das cidades.

A democratização das informações territoriais com os novos sistemas de tecnologia de informação e comunicação deve favorecer a formação de comunidades participativas, além de *e-governance*: serviços de governo inteligente mais ágeis, transparentes e eficientes, pelo compartilhamento de informações. Ou seja, as cidades inteligentes, *smart cities*, podem e devem alavancar a otimização da vida urbana, seja com serviços avançados na (cidade) formal, seja nas novas oportunidades nos territórios informais. (LEITE, 2012. p. 09).

As ideias que fundamentam os conceitos de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*) ganharam maior evidência nos últimos anos quando grandes empresas e instituições como a IBM - International Business Machines, a Siemens e a MIT - Massachusetts Institute of Technology criaram áreas específicas para pesquisas neste segmento.

Em 2007, a União Europeia lançou um programa de incentivos à inovação nas cidades e Ramalho (2015, p. 13) cita que atualmente há mais de 140 projetos *smart cities* de relevância distribuídos no globo. O autor destaca alguns pela excelência e importância, como a *Smart Santander* na Espanha, os projetos Amsterdam *Smart City* na Holanda, Masdar *City* nos Emirados Árabes Unidos, Stockholm *Smart City* na Suécia e *SmartLondon* na Inglaterra.

Masdar nos Emirados Árabes é uma *smart city* que está sendo construída do zero, assim como Shenzhen na China e Songdo na Coreia do Sul. Estes projetos impulsionaram ainda mais este mercado que se abre como uma real possibilidade de transformação das cidades.

Leite (2012, p. 8) destaca que “devemos ficar atentos às imensas perspectivas que as tecnologias verdes, aliadas à gestão inteligente do território estão abrindo no desenvolvimento urbano de novos territórios, sejam novos bairros sustentáveis, sejam cidades inteiras verdes”.

No Brasil, cresce o número de cidades que tem aderido às frentes e programas das *Smart Cities* como as capitais São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória que foram eleitas no ranking *Connected Smart Cities* do *Urban Systems*, como as cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil. Cidades menores também incorporam esta lista como Blumenau, Maringá, Itú, Poços de Caldas, Cuiabá, Fortaleza entre outras. No Ceará, na cidade de São Gonçalo do Amarante, *Startups* italianas de soluções integradas *smart* em moradia estão construindo a primeira *Smart City* do zero no Brasil: a *Smart City* Laguna será composta de 5 mil casas, dentro do Programa Minha

Casa Minha Vida e prevê o uso de energia limpa, reaproveitamento de água, uso de mobilidade alternativa, *wi-fi* pública gratuita entre outras soluções integradas.

O Programa Cidades Digitais é uma iniciativa dos gestores públicos de pequenos municípios brasileiros que pretendem implantar sistemas de distribuição de sinal de internet gratuita em toda a abrangência do Município. De acordo com Ramalho (2015, p. 3) 40% da população mundial usa a internet para trabalhar ou para se socializar e este percentual cresce a cada dia. Os prefeitos que aderiram ao programa entendem que para ter uma cidade inteligente é necessário que todos os cidadãos tenham acesso à Internet e se familiarizem com o seu uso.

De forma generalista, cidades inteligentes (*smart cities*) usam a tecnologia para aprimorar a infraestrutura urbana e torná-las mais eficientes. Weiss (2017) cita alguns dos conceitos mais aceitos e atuais que definem as cidades inteligentes.

Para Washburn (2010), as cidades inteligentes são aquelas que usam tecnologias de *smart computing* para tornar os componentes das infraestruturas e serviços críticos – os quais incluem a administração da cidade, educação, assistência à saúde, segurança pública, edifícios, transportes e *utilities* – mais inteligentes, interconectados e eficientes. (WASHBURN, 2010, p.5, como citado em WEISS, 2017, p. 5).

De acordo com Dutta (2011), as cidades inteligentes têm foco em um modelo particularizado, com visão moderna do desenvolvimento urbano e que reconhecem a crescente importância das tecnologias da informação e comunicação no direcionamento da competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida geral; esse conceito vai além dos aspectos puramente técnicos que caracterizam as cidades como cidades digitais. Essa abordagem é acompanhada por Harrison (2011). (DUTTA, 2011, p. 87 e HARRISON, 2011, como citado em WEISS, 2017, p. 5).

O sistema de Internet das Coisas (*Internet of Things - IoT*) contribuem de forma substancial com as cidades inteligentes, pois segundo Babar e Arif (2017) as *IoT*s melhoram o padrão de vida dos cidadãos e proporcionam excelência nos serviços tanto privados como públicos, como por exemplo: serviços de saúde, transporte, água e energia.

Oliveira Leite e Rezende (2017), destacam o uso dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação (TIC/ *IoT*s) para a gestão pública municipal, pois é nas cidades que os cidadãos demandam com maior intensidade, o empoderamento e maior participação no processo decisório. É nesta esfera que se responsabiliza a gestão da infraestrutura das cidades, questão intimamente ligada a qualidade de vida de seus cidadãos. Os autores ressaltam que o uso de informações eletrônicas fornece agilidade e eficiência às relações cidadão-governo e permite que as decisões estratégicas sejam tomadas com maior segurança embasadas em fonte de dados reais e variadas.

É importante observar que não há um modelo a ser replicado em todas as cidades, mas sim boas práticas que podem ser adaptadas a esta ou aquela cidade, pois cada cidade precisa ser estudada, interpretada e planejada como um organismo vivo e individual. Contudo, percebe-se que as cidades inteligentes estão aliadas à tecnologia e em pessoas criativas, que investem nas áreas do meio-ambiente, no consumo responsável e eficiente dos recursos naturais como água e energia, em alternativas de mobilidade urbana, na relação cidadão-governo por meio de aplicativos de internet e na qualidade de vida que englobam a saúde e educação, moradia, segurança e renda. A aplicabilidade dos conceitos das *smart cities* podem auxiliar as cidades rumo ao desenvolvimento sustentável do local.

### **Turismo Sustentável**

O turismo nos últimos 15 anos vem ganhando força e papel de destaque na economia dos países. De acordo com dados da Organização Mundial do Turismo - OMT, o setor passou neste período, de US\$450 bilhões para US\$1,2 trilhões de receita anual e emprega 1 em cada 11 empregos no mundo. Em 2016, o turismo mundial registrou recorde e cresceu 3,9% comparado a 2015. No Brasil, o turismo representa 3,7% do PIB, segundo dados do Ministério do Turismo, movimenta cerca de US\$ 7 bilhões de receita anual e emprega 8,5 milhões de brasileiros. Em 2016, com o evento das Olimpíadas, o setor cresceu 5% comparado a 2015. Considerado um dos países com grande potencial de turismo, com 7.500 km de praias, diversidade de recursos naturais e culturais, espera-se alcançar a receita anual de US\$ 20 bilhões (Embratur, 2017).

Entretanto, o maior desafio está em avançar com o turismo, produzindo retornos econômicos, sociais e ambientais positivos ao país de forma sustentável. Vários autores como Correa, Pimenta e Arndt (2009), Ribeiro e Stigliano organizado por Philippi e Ruschmann. (2010) bem como os órgãos envolvidos: ONU, OMT e o Ministério do Meio Ambiente - MMA concordam com o conceito de turismo sustentável baseado no conceito do Relatório Nosso Futuro Comum (Nações Unidas, 1987). Nesta linha, o Ministério do Turismo define turismo sustentável como:

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

Porém, há concordância de pesquisadores técnicos e acadêmicos como Salazar, Bueno, Jiménez e Rodriguez, (2017), Barreto e Tavares (2017), Rabelo, Antonius, Girard, Ioris e Figueiredo (2017) sobre os impactos que o turismo causa às comunidades e ao meio ambiente, pois não há adoção de práticas sustentáveis por todos os *stakeholders* envolvidos. Barreto e Tavares (2017) cita Sancho e Irving (2011) nessa questão:

Apesar do potencial do turismo enquanto alternativa para a redução das desigualdades sociais e combate à pobreza, o enfoque de planejamento para o setor, prioritariamente centrado na perspectiva de desenvolvimento econômico, está ainda ancorado em uma lógica de mercado, que prioriza o lucro e o rápido retorno dos investimentos. Como resultado, o turismo tem sido também, frequentemente, um veículo significativo de impactos negativos sobre os destinos nos quais se desenvolve, contribuindo para o agravamento do processo de exclusão social. (SANCHO; IRVING, 2011, p. 45, como citado em BARRETO; TAVARES (2017, p. 582).

Ribeiro e Stigliano, organizado por Philippi e Ruschmann. (2010, p. 70), aponta os principais problemas das cidades turísticas como a “população flutuante, a sobrecarga dos serviços de saneamento em algumas épocas do ano, a dicotomia cidade do luxo e da pobreza, a pressão sobre os preços locais”.

Pimenta e Correa, organizados por Côrrea, Pimenta e Arndt, (2009, p. 193), destacam que para o turismo atingir os objetivos socioculturais e ambientais é necessário envolver e capacitar todos os *stakeholders*, sobretudo a comunidade local, no planejamento e gestão do turismo.

Nesse movimento de promover o desenvolvimento sustentável que inclui o turismo sustentável a Organização das Nações Unidas - ONU e a Organização Mundial do Turismo - OMT elegeram o ano de 2017, como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, cujo objetivo foi promover a conscientização sobre a diversidade cultural e ambiental do mundo, contribuindo para a paz entre os povos, mas também elucidar a importância econômica do setor, enquanto gerador de emprego e renda.

O turismo sustentável está presente em três dos ODS da Agenda 2030:

- **ODS 8** - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Meta 9 - Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
- **ODS 12** - Consumo e Produção Responsáveis: Meta 8.b - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
- **ODS 14:** Conservação e Uso Sustentável dos Oceanos: Meta 7 - Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Para Cabral (2017) e Rabelo, Antonius, Girard, Ioris e Figueiredo (2017) a indústria do turismo deve ser desenvolvida com a comunidade local, pois esta é a fonte dos conhecimentos e das



culturas locais e é para elas que deve retornar grande parte das receitas do turismo, afim de que a própria comunidade se organize, fiscalize e conserve o seu patrimônio cultural e ambiental, seja em suas áreas urbanas, rurais ou em unidades de conservação. Ademais, o Ministério do Turismo destaca que:

O turismo, se bem concebido e gerido, proporciona emprego e renda em harmonia com a natureza, a cultura e a economia dos destinos. O consumo responsável dos serviços turísticos também minimiza impactos negativos ambientais e socioculturais e, ao mesmo tempo, promove benefícios econômicos para as comunidades locais e no entorno dos destinos. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018).

A Organização Mundial do Turismo – OMT estabeleceu em seu *guidebook - Sustainable Tourism for Development* (2013), 12 objetivos para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável que tem em sua base a comunidade local: prosperidade local, garantir a viabilidade e competitividade dos destinos turísticos e empresas, fortalecer o número e a qualidade dos empregos locais, buscar uma ampla distribuição de benefícios econômicos e sociais do turismo em toda a comunidade receptora, envolver e capacitar as comunidades locais no planejamento e na tomada de decisões sobre a gestão e o desenvolvimento futuro do turismo em sua área, manter e fortalecer a qualidade de vida nas comunidades locais evitando qualquer forma de degradação ou exploração social, respeitar e realçar o patrimônio histórico e cultural das comunidades locais, manter e melhorar a qualidade das paisagens urbanas e rurais, conservar as áreas naturais, habitats e vida selvagem e minimizar os danos para eles, primar pela eficiência dos recursos, minimizando a poluição do ar, da água e da terra e da geração de desperdício de empresas de turismo e visitantes.

Cabral (2017, p. 16) conclui que o “turismo permite que a troca de ideias e competências entre visitantes, fornecedores de serviços e comunidade local se traduz num enriquecimento para todas as partes e num aprimorar das relações”, ou seja, o turismo se bem planejado e gerido pode trazer ganhos à todos os atores envolvidos e de forma sustentável.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho tem a abordagem mista de pesquisa qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com delimitação e design técnico de estudo de caso e realista do ponto de vista epistemológico. O objetivo é de caráter exploratório descritivo e analítico. Os procedimentos técnicos para a coleta de dados são a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação não participante. A análise dos dados é conduzida pela estratégia analítica fundamentada em referencial teórico.

A coleta de dados inclui consultas à documentos como plano diretor, leis e decretos, planos plurianuais, e que devem ser de domínio público, de fácil acesso ao cidadão, atendendo a dois dos princípios da governança pública, que é o da transparência e o da prestação de contas. Para tal, a fonte de dados utilizados para o estudo é de origem secundária, ou seja, foram coletados e tratados por órgão do governo ou por instituições não governamentais e disponíveis para consulta via Internet.

As entrevistas semiestruturadas aos três gestores públicos seguem um roteiro de temas que tem a finalidade de compreender com maior profundidade o conteúdo dos documentos, obter pontos de vista diferentes sobre determinado tema e conseguir outras informações além das encontradas nos documentos.

No estudo o pesquisador visita à cidade, para observação da cultura, da percepção do povo sobre as questões elencadas no estudo, para validar a análise dos documentos e entrevistas, bem como explorar aspectos pouco comuns ou não encontrados na pesquisa documental.

Os dados quantitativos coletados são numéricos e representam indicadores de desempenho da cidade. As coletas dos dados são obtidas de acordo com uma série temporal em sites oficiais públicos como o IBGE, SNIS, IPEA e DATASUL.

A análise e apresentação dos dados utiliza a estratégia geral de embasamento em proposições teóricas, pois já há estudos sobre o desenvolvimento sustentável de cidades turísticas que orienta a condução, organização e análise dos dados. O Minitab V. 18 é empregado como ferramenta auxiliar computacional para efetuar os cálculos estatísticos e gerar os gráficos resumo.

#### 3.1 Sistema de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho utilizados na pesquisa são uma amostra dos indicadores estabelecidos pela NBR ISO 37 120.2017, que é a norma técnica aprovada e publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionada ao desenvolvimento sustentável das cidades. A norma técnica NBR ISSO 37 120.2017 é o resultado de um estudo que examinou mais de 150 sistemas de indicadores de sustentabilidade e foi definida com base em critérios de aceitabilidade e credibilidade mundial, e por seu nível de abrangência.

Os indicadores selecionados são referenciados ao tripé da sustentabilidade, que aborda as dimensões econômica, social e ambiental. Não foram utilizados todos os indicadores listados na NBR ISO 37 120, pois vários deles estão em fase de construção pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para a dimensão econômica são aferidos o PIB per capita, média de salários mínimos e o IDHM. Na dimensão social são analisados a taxa de mortalidade infantil, de analfabetismo, de homicídios e as notas do IDEB dos anos iniciais e finais. Na dimensão ambiental são examinados os indicadores de abastecimento de água, esgoto sanitário e energia elétrica.

### 3.2 Ambiente da Pesquisa

A cidade de Bombinhas/SC está localizada no litoral norte do estado de Santa Catarina e foi povoada inicialmente por índios carijós, da nação tupi-guarani que viviam basicamente da pesca, abundante na região. Em 1527, Sebastião Caboto, a serviço da Espanha, trouxe os primeiros colonizadores espanhóis que atracaram na enseada de Zimbros, batizando-a de São Sebastião. Os portugueses chegaram somente em 1711 para povoar e garantir o domínio da colônia. Os colonizadores europeus introduziram a agricultura com cultivo do feijão, batata, cana de açúcar, mandioca e frutas.

A partir de 1950, a beleza de suas praias e a pesca abundante começou a movimentar o turismo local, com a vinda de turistas do interior do estado e dos estados vizinhos. O maior impulso no turismo aconteceu nos anos 70, e alterou a vida cotidiana da região. Atualmente, os argentinos se somam em grande volume à população flutuante que é de 60 a 80 mil habitantes na alta temporada. Em 1992, emancipou-se da cidade de Porto Belo e é hoje, o menor município de Santa Catarina em área territorial. O quadro 1 reúne as principais características da cidade.

Quadro 1 - Indicadores de Perfil do Município.

<b>Características</b>	<b>Bombinhas/SC</b>
<i>População estimada 2017</i>	18.623
<i>Área km2</i>	35,923
<i>Unidade de Conservação</i>	Parque Natural Municipal Morro do Macaco, Parque Natural Municipal da Galheta, Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e a Área da Costeira de Zimbros.
<i>Área de Proteção Ambiental</i>	19,5 km2 – 54,16% do território do município
<i>Economia</i>	Turismo (39 praias e mergulho) - Pesca
<i>Geografia, Clima e Bioma</i>	Península - Subtropical – Mata Atlântica
<i>Plano Diretor</i>	Possui
<i>Portal da Transparência</i>	Possui
<i>Planos Plurianuais</i>	Possui 2018 - 2021.
<i>Mobilidade</i>	Transporte coletivo não integrado
<i>Internet pública e gratuita</i>	Em instalação
<i>Energia limpa ou reuso da água</i>	Captação da água da chuva nos prédios

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A visita à cidade, as entrevistas e os estudos sobre o município e a administração pública local ocorreram entre abril e setembro de 2017. Observa-se, neste período, que a gestão pública constrói e consolida três diretrizes estruturantes: dialoga com a sociedade sobre ações prioritárias à cidade através dos Conselhos de Bairros e Assembleias Públicas, desenvolve planos plurianuais para áreas essenciais ao desenvolvimento sustentável como saúde, educação, saneamento básico e

desenvolvimento econômico, com acompanhamento mensal das metas propostas e realiza a prestação de contas dos gastos e investimentos realizados à comunidade.

O mais importante é manter um canal de diálogo aberto com a população para que as realizações do governo estejam de acordo com as expectativas da sua gente. É essa abertura que nos aproxima da população. Agir com justiça na aplicação dos recursos sensibiliza a todos sobre a importância de eliminar desperdícios. Saber planejar também é fundamental. (DA SILVA, 2017, p. 25).

São identificadas as seguintes ações dadas como prioritárias pela sociedade local, com base na gestão participativa e nos princípios de governança.

### **Plano Diretor Participativo**

A Lei Complementar 107/2009 instituiu o Plano Diretor em Bombinhas e foi revisado em 2013/2014. A comunidade local demonstra ter grande preocupação com o ordenamento urbano da cidade, visto que o turismo e a consequente expansão imobiliária cresceram de forma desordenada nesta região litorânea de Santa Catarina, que inclui as cidades de Balneário Camboriú e Itapema. Cidades estas, tomadas por prédios altos na primeira quadra ao mar, que impedem a entrada do sol na faixa de areia em boa parte do dia. Exemplos que os moradores de Bombinhas não querem para o futuro de sua cidade.

A revisão do Plano Diretor Participativo seguiu um protocolo de levantamento de dados do município e do plano diretor existente, consultas e debates com os conselhos dos bairros e entidades locais, audiências públicas e disponibilidade de envio *on line* de sugestões pela comunidade em geral, sintetização das contribuições, eleição de delegados dos segmentos da sociedade, debate sobre as propostas apresentadas com os delegados e comunidade em audiências públicas nos bairros, elaboração de documento base do plano diretor, aprovação da minuta de lei em novas audiências públicas e posterior encaminhamento a câmara de vereadores. O processo foi assessorado por consultoria externa, as etapas e metodologia empregada estão disponíveis no portal da Prefeitura. Os eixos para o debate com a sociedade foram organizados em desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, ambiente natural, integração regional, mobilidade urbana e ordem territorial, sendo o meio ambiente a maior preocupação da sociedade, conforme consultoria externa LePadron:

O eixo “Ambiente Natural” obteve grande destaque em todas as regiões consultadas. O forte apelo de preservação ambiental guiou os principais pedidos, que se desmembraram em políticas de educação ambiental, criação de áreas de preservação, e manutenção dos rios e da orla da cidade. Na mesma linha, os cidadãos consultados pediram maior atenção ao saneamento básico e à gestão dos recursos hídricos e abastecimento de água. Aproximadamente 23% do total das propostas estavam relacionadas ao tema, pressionando para um debate que caminhe rumo à sustentabilidade, estudos de carga e controle do crescimento populacional. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS, LEPADRON, 2014, p.3-4).

### **Projeto Orla - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima**

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima é uma iniciativa do governo federal que em parceria com órgãos estaduais de meio ambiente, administrações municipais e organizações não governamentais locais, buscam disciplinar o uso e ocupação da orla marítima em escala nacional e promover a gestão integrada participativa pública e privada no desenvolvimento sustentável da região da orla.

Em Bombinhas, o projeto teve início em 2012 e está mobilizando o poder público e a sociedade na elaboração e execução de projetos que impactem positivamente na economia, no bem-estar da sociedade que usa ou habita a região da orla, com o correto manejo e preservação do meio ambiente. Os projetos em andamento ou finalizados recentemente, surgiram do diálogo entre a administração pública e os conselhos dos bairros e entidades não governamentais ou; são levados a estes em audiências públicas para debate. Os mais importantes citados pelos gestores públicos e pelos residentes foram:

Revitalização da Avenida Leopoldo Zarlíng: Entrada principal da cidade. A avenida foi totalmente refeita, com obras de drenagem, nova rede de água e esgoto, calçadão e paisagismo. A

revitalização está proporcionando segurança aos pedestres e ciclistas, com maior faixa de calçada e ciclovia. O comércio local também reformou suas lojas e restaurantes e está atraindo maior circulação de consumidores e os imóveis da região se valorizaram. A revitalização segue em 2018, na praia de Mariscal.

Calçadão na orla da praia de Bombas: A obra conta com calçadão, ciclovia, rampas de acesso à praia, área de preservação de restinga com plantio e replantio da vegetação, áreas para dança, parques e academias ao ar livre. Os quiosques na faixa de areia foram retirados e as propriedades alinharam à área de recuo correto.

Implantação de recifes artificiais anti-arrasto em parceria com os pescadores na região de Zimbros, praia de pesca da cidade.

O projeto orla também aborda temas como a gestão compartilhada dos terrenos da Marinha e demarcação das áreas de preservação permanente, coibindo o uso e ocupação inadequada.

#### **Saúde – Atendimento de 100% das consultas e exames básicos**

O primeiro ano do mandato (2013) da atual gestão pública (reeleita em 2016) se dedicou à melhoria da assistência à saúde básica da população, resposta à principal reivindicação da população nos conselhos dos bairros. Havia longas filas de espera para atendimentos emergenciais e básicos nos postos de saúde e a demanda para exames de cardiologia, ultrassom e oftalmologia estavam acumuladas há mais de 04 anos.

Foram realizados mutirões nos finais de semana, em parcerias com as clínicas da região, para realizar os exames que estavam pendentes de atendimento. Houve a contratação de técnicos e médicos especialistas: pediatra, cardiologista, oftalmologista, psiquiatra, dermatologista e ortopedista para compor o corpo clínico da cidade. Os atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde – UBS passaram de 12.350 em 2012 para 31.360 em 2014. Os horários dos postos de saúde foram ampliados para atendimento até às 24 horas, sendo que anteriormente era até às 17 horas. Atualmente o município conta com 05 Unidades Básicas de Saúde – UBS e em 28/03/2018 foi iniciado a construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, reivindicada pela população nas assembleias públicas.

O quadro 2 demonstra a evolução dos atendimentos entre 2012 a 2014 por especialidade médica. Verifica-se que com as políticas adotadas a partir de 2013 o número de atendimentos cresceu em todas as especialidades.

Quadro 2 - Atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde – UBS

<i><b>Atendimentos</b></i>	<i><b>2012</b></i>	<i><b>2013</b></i>	<i><b>2014</b></i>
<i>Atendimentos – Clínico Geral</i>	12350	19938	31360
<i>Média Atendimentos UBS</i>	15720	18475	24900
<i>Atendimentos SAMU</i>	692	937	1325
<i>Fisioterapia Sessões</i>	1542	1891	4810
<i>Pediatria</i>	Não havia	623	949
<i>RX</i>	5422	7511	10515
<i>Preventivo Colo Uterino</i>	540	625	875

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

#### **Plano Municipal de Educação de Bombinhas (PME) 2015 – 2025**

Para promover a melhoria do ensino ofertada pelo Município, solicitado pela comunidade, foi elaborado o plano plurianual para a educação. O executivo designou equipe que coletou e analisou os dados do município referentes a educação, expansão demográfica, tendências econômicas e em conjunto com os professores e representantes da sociedade, foi estruturado o Plano Municipal de Educação - PME 2015-2025 que definiu metas e estratégias anuais para a melhoria da educação.

O Plano Municipal conta com 20 objetivos, estratégias detalhadas e prazo para o seu cumprimento. Foram estabelecidas metas para a redução da evasão escolar dos 5 aos 17 anos; formação de um sistema educacional inclusivo às crianças com necessidades especiais; alfabetização até o 3º ano e educação em período integral para o ensino fundamental. Outras metas tratam da elevação da média do IDEB para a nota 8,00, da escolaridade média de 18 para 29 anos e da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais. Erradicar o analfabetismo absoluto, integrar a educação profissional e oferecer curso superior também são abordadas, bem como elevar a qualificação do quadro de professores com especialização, mestrado e doutorado e estabelece planos de carreira aos servidores.

O município atende cerca de 3.200 crianças em suas 13 escolas. Como o município não possui Instituição de Ensino Superior, fornece transporte universitário aos moradores que carecem de recursos para estudar nos municípios da região. Foram contratados psicopedagogas, psicólogos e nutricionistas que dão assessoramento e apoio a rede de ensino. Foi concedido em 2014 o Prêmio MEC ao município, pela erradicação do analfabetismo. A escola de ensino integral está em construção com previsão de entrega para 2018 e atenderá cerca de 2000 alunos.

### **Expansão do saneamento básico para 97% do município até 2021**

O saneamento básico é considerado pela população o segundo maior desafio para a administração pública municipal. Em 2015, somente 18% da população era atendida por esgotamento sanitário., bem abaixo da média nacional de 50,03% para o mesmo ano.

Somados a baixa infraestrutura, os estudos que fundamentaram o Plano Municipal de Saneamento mostraram que além da constante falta de água na alta temporada, as redes de esgoto apresentavam inúmeros vazamentos e eram lançados diretamente nas praias da cidade. Os sistemas individuais de tratamento do esgoto quando existentes, apresentavam funcionamento inadequado em solos saturados e a fiscalização era ineficiente.

Pela baixa oferta de investimentos da concessionária anterior foi realizada a concorrência pública Nº CC 001/2016 – FMSB em 09/03/2016 na qual a Empresa Águas de Bombinhas do Grupo Aegea Saneamento e Participações S.A assumiu em 08/2016 o sistema de água e esgoto da cidade. A empresa se comprometeu por meio de contrato, com investimentos de 135 milhões de reais para ampliar as redes hidro sanitárias. O município adotou a partir de 2017, a operação Língua Negra, que é uma ação de parceria entre a Prefeitura, a empresa Águas de Bombinhas e a comunidade e visa fiscalizar e coibir as ligações irregulares e clandestinas na rede de esgoto.

### **Coleta seletiva de lixo e projeto Bota Fora**

Em 2016 Bombinhas retomou a coleta seletiva de resíduos recicláveis. A coleta seletiva teve início em 2012, mas foi suspensa por irregularidades. No mesmo ano (2016) foi instituído o dia do “Bota Fora” que acontece duas vezes por ano, onde é coletado por caminhão: sofás, camas, geladeiras, e outros materiais de maior volume. A Prefeitura disponibiliza um container em seu pátio para a população dispensar estes materiais em outros períodos do ano.

### **Transparência e Prestação de Contas**

A Prefeitura mantém em seu portal, notícias que são atualizadas diariamente, sobre os atos da gestão municipal e os dados contábeis estão disponíveis no seu portal da transparência, que são atualizados mensalmente. Os dados disponíveis são de fácil acesso e de entendimento à população. As placas de investimento estão devidamente colocadas nas obras com as informações da fonte do investimento e seu custo.

Entretanto, a prefeitura identificou nos conselhos de bairros e assembleias públicas que muitos moradores não acessam os portais. Para levar a prestação de contas a todos os cidadãos a Prefeitura lançou a Revista Bombinhas, com informações das obras efetuadas e seus custos, bem como notícias sobre os demais atos públicos efetuados, em linguagem simples e de fácil leitura à população. A revista é distribuída no comércio, escolas e postos de saúde da cidade.

Para as chamadas à participação das reuniões dos conselhos dos bairros e assembleias públicas a prefeitura informa no seu portal e realiza também a chamada via carros de som que divulgam as reuniões pelos bairros da cidade.

Todos os estudos realizados, planos, metas e estratégias desenvolvidas estão disponíveis no portal da prefeitura, bem como, a cada ano, são disponibilizados relatórios de evolução por área de interesse, como saúde, saneamento, turismo, além da prestação de contas à Câmara de Vereadores e aos Conselhos dos Bairros.

O quadro 3 apresenta o resumo das políticas que se destacaram no tempo de pesquisa e foram organizados nas dimensões do tripé da sustentabilidade.

Quadro 3 - Políticas Sustentáveis

	<b>DIMENSÃO</b>	<b>AÇÕES E POLÍTICAS</b>
<b>Políticas que repercutem nas 3 dimensões Gestão Participativa</b>	<b>Econômico</b>	Projeto Orla - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
	<b>Social</b>	Saúde – Atendimento de 100% das consultas e exames básicos
	<b>Ambiental</b>	Plano Municipal de Educação de Bombinhas 2015 – 2025 Expansão do saneamento básico para 97% do município até 2021 Coleta seletiva de lixo e projeto Bota Fora.
	<b>Governança</b>	Plano Diretor Participativo Transparência e Prestação de Contas

Fonte: Elaborada pelos Autores (2019).

Observa-se que há políticas de destaque adotadas nas três dimensões. Percebe-se na pesquisa que a participação social está alinhada aos princípios de governança pública na formatação e implementação das políticas públicas e que a maioria da sociedade reconhece o esforço da administração pública municipal em diagnosticar os problemas da sociedade e implementar as soluções necessárias.

#### 4.1 Análise dos Indicadores de Desempenho

A análise dos indicadores de desempenho está relacionada às dimensões do tripé da sustentabilidade e é comparada com a média nacional. A figura 1 apresenta a evolução da população e as figuras 2, 3 e 4 se associam à dimensão econômica indicando a relação entre as variáveis ano e o PIB per capita, média de salários mínimos e o IDHM.

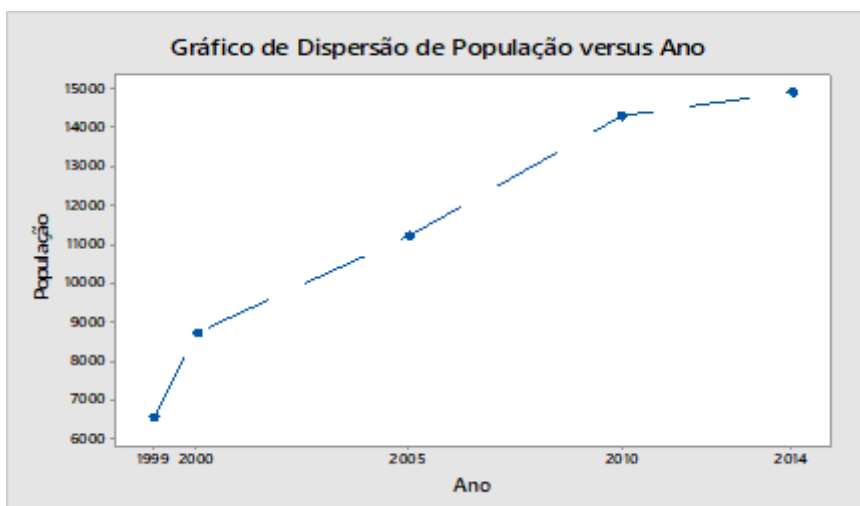


Figura 1 – Crescimento da População.

## Indicadores Econômicos

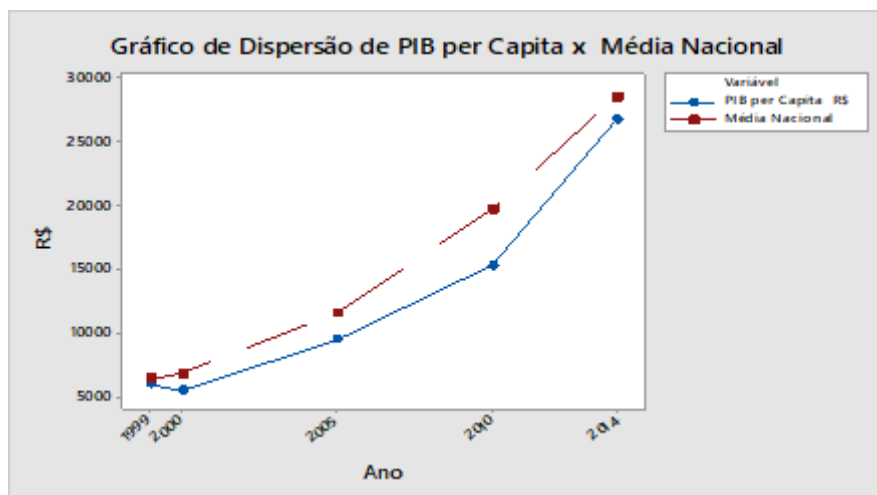


Figura 2 - PIB per capita.

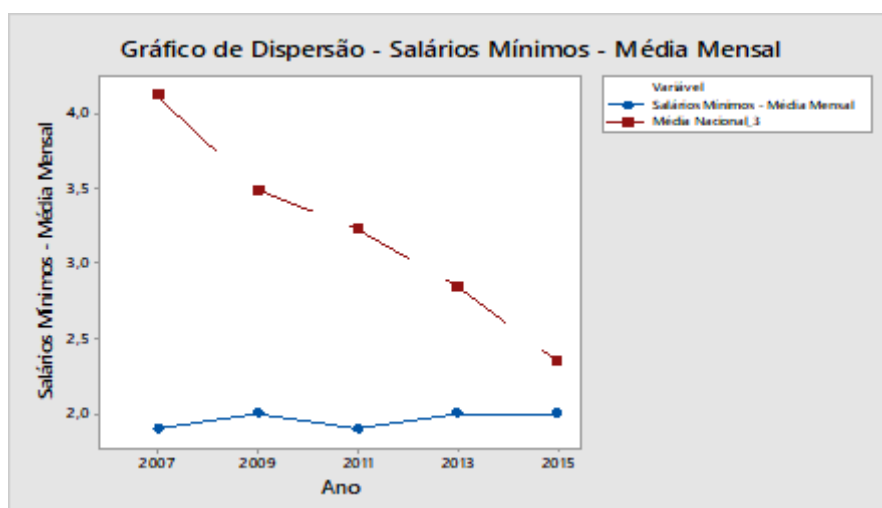


Figura 3 - Salários Mínimos – Média Mensal.



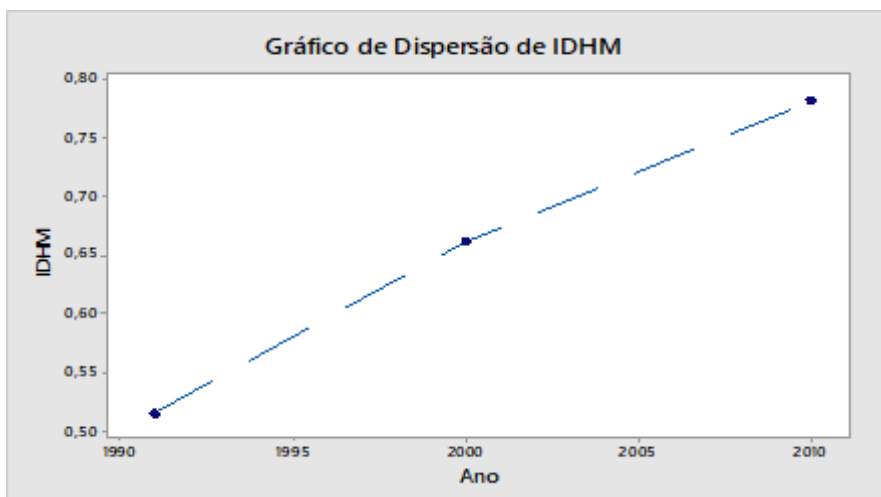


Figura 4 – IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Observa-se uma relação positiva em todos os gráficos apresentados. Na relação do PIB per capita com a média nacional verifica-se que apesar de ter uma relação positiva entre os anos de 1999 a 2014, esta permaneceu abaixo da média nacional. Em 2014, o município apresentou renda per capita de R\$ 26.721,32, enquanto a média nacional alcançou R\$ 28.498,00. No gráfico da figura 3 percebe-se pouca variação na relação de salários mínimos mensais do município. O IDHM do município no período de 1990 a 2010 apresentou uma relação positiva, passando de 0,51 em 1990, que é padronizado como baixo, para alto em 2010 com 0,78.

### Indicadores Sociais

As figuras 5, 6, 7, 8 e 9 apresentam gráficos de dispersão que indicam a relação entre as variáveis ano e a taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, as notas do IDEB anos iniciais e finais e a taxa de homicídio do município comparada à média nacional.

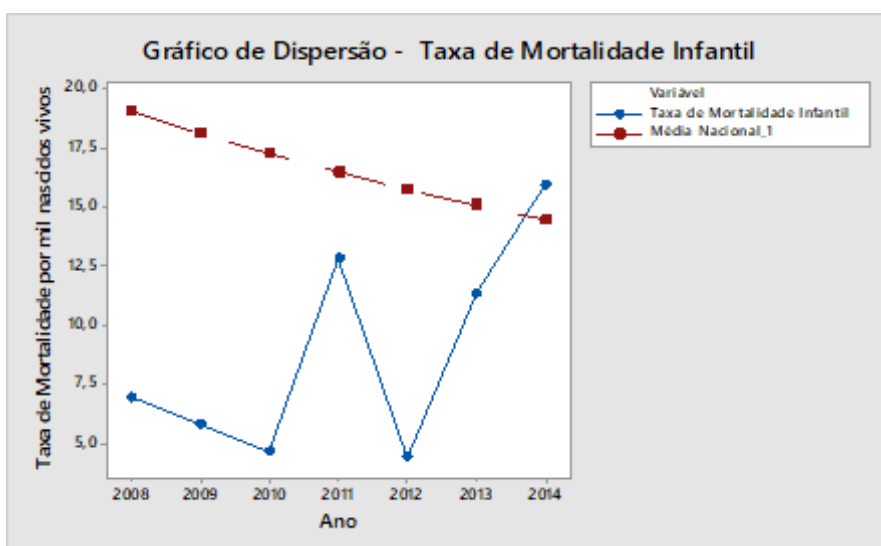


Figura 5 - Taxa de Mortalidade Infantil.

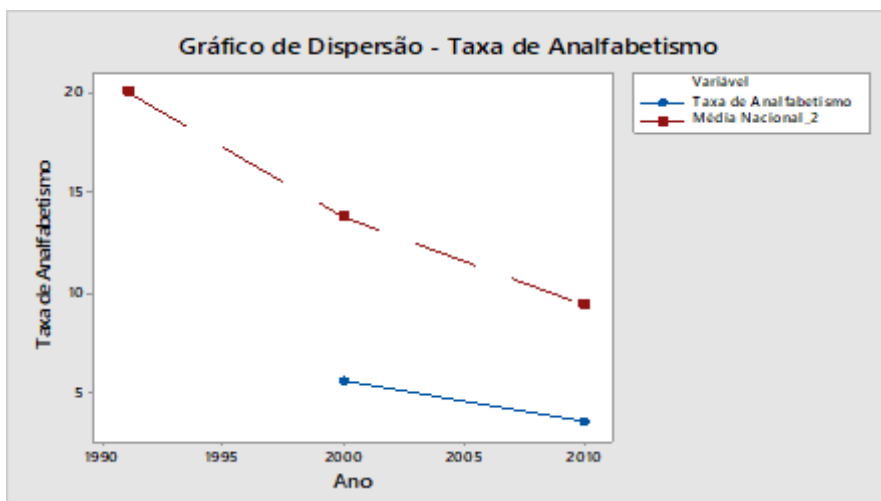


Figura 6 - Taxa de Analfabetismo.

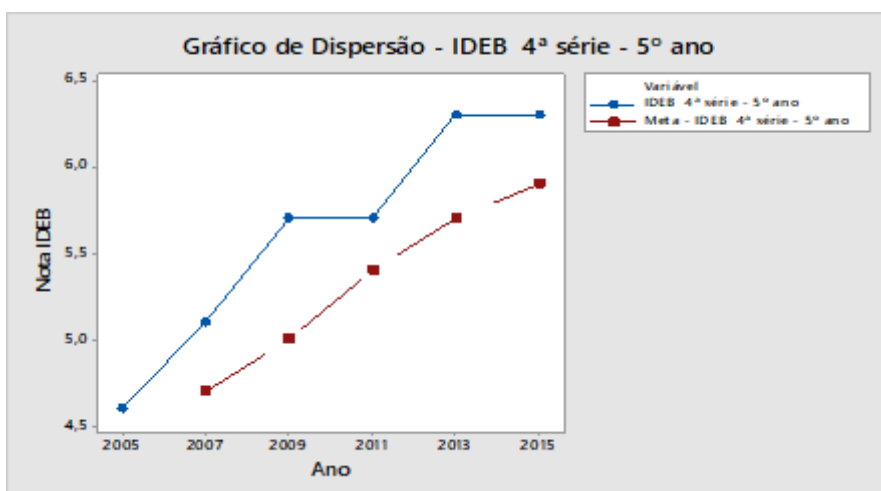


Figura 7 – Notas IDEB Anos Iniciais.

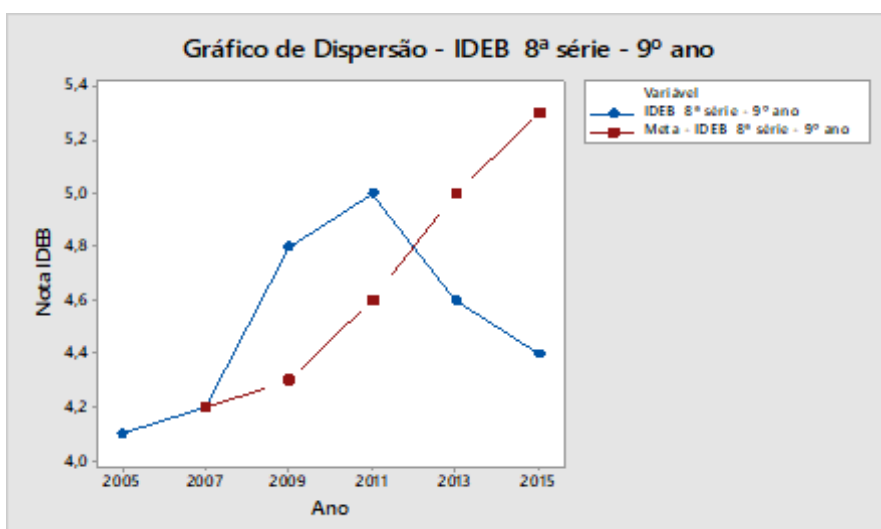


Figura 8 – Notas IDEB Anos Finais.

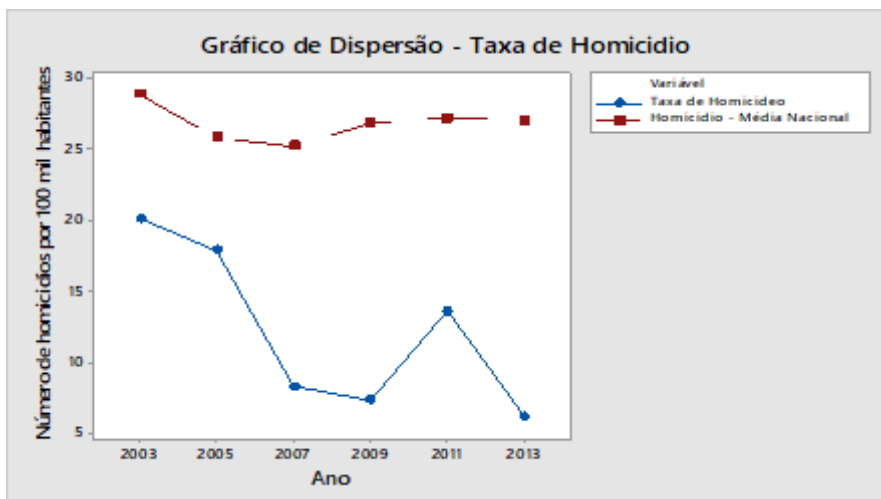


Figura 9 - Taxa de Homicídio.

Observa-se que a taxa de mortalidade oscila no período e que após 2012, percebe-se um aumento significativo da taxa. O gráfico de taxa de analfabetismo demonstra queda no período e percebe-se que em 2010 atingiu o índice de 3,5 enquanto a média nacional foi de 9,37.

Os gráficos das figuras 7 e 8 apresentam as notas do IDEB que é calculado com base na nota da Prova Brasil, que mede o aprendizado dos alunos em português e matemática e a taxa de aprovação dos alunos. Observa-se que a nota do IDEB dos anos iniciais de 4ª série/5º ano apresenta relação positiva, acima da média nacional. No gráfico da nota do IDEB dos anos finais de 8ª série/9ºano há uma relação positiva até o ano de 2011, acima da média nacional, e após este ano a relação se torna negativa, abaixo da média nacional.

A relação de taxa de homicídios apresenta uma tendência de relação negativa no período com um aumento fora da tendência no ano de 2011, mantendo-se abaixo da média nacional.

### Indicadores Ambientais

As figuras 10, 11 e 12 apresentam gráficos de dispersão que indicam a relação entre o período de anos mensurado e o percentual da população atendida com abastecimento de água, com acesso ao esgotamento sanitário e o percentual de domicílios com energia elétrica.

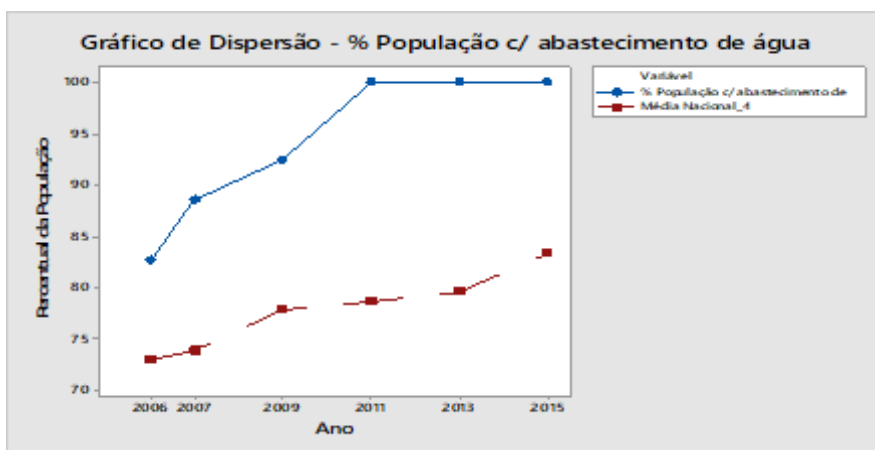


Figura 10 - Percentual da População com abastecimento de água.

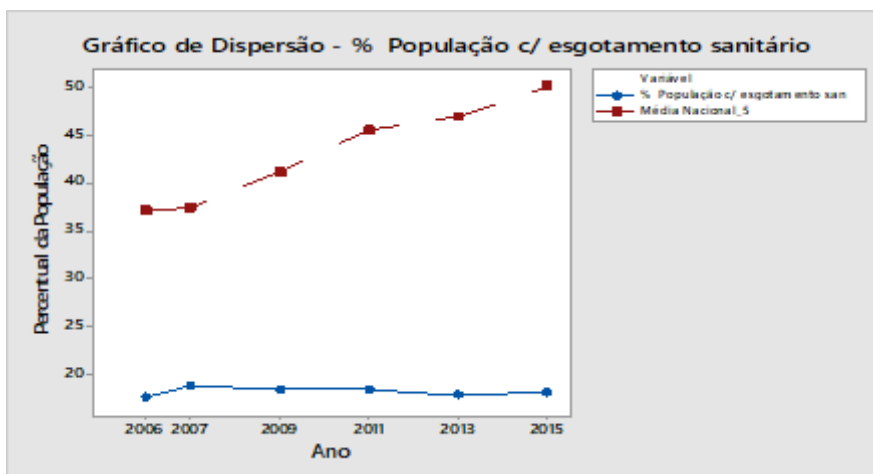


Figura 11 – Percentual da População com esgotamento sanitário.

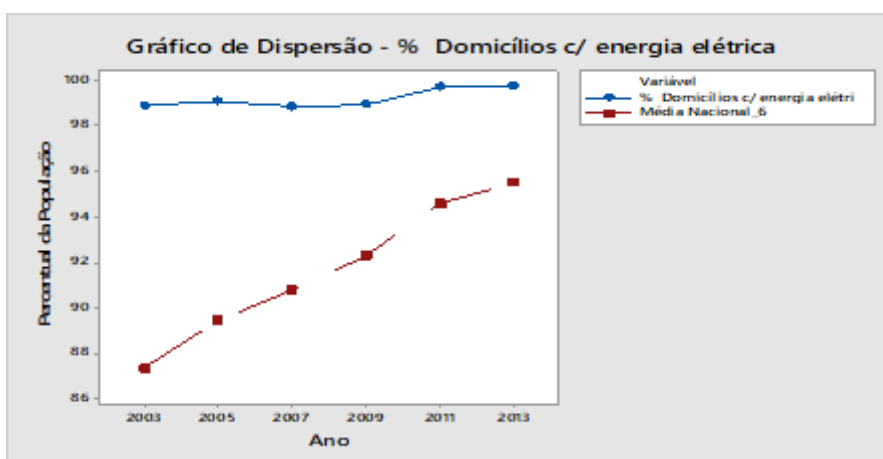


Figura 12 - Percentual dos Domicílios com energia elétrica.

Observa-se uma relação positiva no gráfico do percentual da população com abastecimento de água, alcançando os 100% e permanecendo acima da média nacional durante o período de 2006 a 2015. No gráfico do percentual da população com acesso ao esgotamento sanitário percebe-se que não houve uma evolução positiva significativa no período, permanecendo sempre abaixo da média nacional. Na comparação do percentual de residências com acesso à energia elétrica com a média nacional, constata-se que o município permaneceu sempre acima da média nacional no período entre 2003 e 2013.

#### 4.2. Análise do Município

A análise qualitativa e quantitativa revela que o município apresenta melhora nos indicadores analisados e que a administração pública municipal se empenha na gestão participativa que envolve a participação da sociedade e a de seus servidores no diagnóstico, formatação e controle social das políticas públicas. O quadro 4 resume as performances dos indicadores no período de tempo analisado.

Quadro 4 - Resumo das Relações dos Gráficos.

	<b>Indicador</b>	<b>Evolução do Indicador no período analisado</b>
<b>Econômico</b>	População	Positiva
	PIB per capita	Positiva
	Média salários mínimos	Positiva
	IDHM	Positiva

<b>Social</b>	
<i>Taxa mortalidade infantil</i>	Oscilante com piora nos últimos anos
<i>Taxa analfabetismo</i>	Positiva
<i>IDEB anos iniciais</i>	Positiva
<i>IDEB anos finais</i>	Oscilante com piora nos últimos anos
<i>Taxa homicídios</i>	Oscilante com melhora nos últimos anos
<b>Ambiental</b>	
<i>Abastecimento de água</i>	Positiva
<i>Esgotamento sanitário</i>	Sem alteração significativa
<i>Distribuição de energia elétrica</i>	Positiva

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

A geração de renda obteve no período analisado ganhos refletidos no PIB per capita, no IDHM e na média dos salários mínimos da população. Percebe-se que há um diálogo entre a Prefeitura, o *trade* turístico e a comunidade na priorização das ações que visem a atração dos turistas, como as obras de revitalização da cidade, equilibradas com obras de preservação de seus recursos naturais, que é o maior atrativo dos turistas que frequentam a cidade. Dados disponíveis no portal da Secretaria do Turismo (2018), demonstram que houve um aumento de 11% no fluxo de turistas na temporada 2017/2018 em relação à temporada anterior, com a entrada de 1,5 milhão de turistas entre 01/12/2017 à 01/04/2018, gerando aproximadamente 2 mil empregos diretos.

As ações voltadas à saúde, educação e saneamento reivindicados pela sociedade apresentam pontos positivos na pesquisa. O analfabetismo foi erradicado em 2014, as notas do IDEB dos anos iniciais aumentaram e em 2014 ficaram 0,4 pontos acima da média nacional (6,3/5,9). Os investimentos realizados na saúde e no saneamento dos últimos anos já fez cair os números de casos de virose no município. Dados fornecidos pela Prefeitura (2018) indicam que na temporada de 2016/2017 houve 2.116 casos registrados de virose e em 2017/2018 caíram para 514 casos.

Observa-se no município que as ações voltadas ao crescimento econômico estão aliadas em escolhas que visem o bem-estar social e a preservação dos seus recursos naturais. Os instrumentos regulamentados à nível federal que promovam a participação social estão incorporados a agenda da administração pública, como o plano diretor participativo, os conselhos municipais, as audiências, consultas públicas e o portal da transparência. Na pesquisa empírica na cidade percebe-se forte relação entre a gestão participativa, as práticas de governança e o desenvolvimento sustentável da cidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi compreender como ocorre o desenvolvimento sustentável na cidade turística de Bombinhas/SC. Para tal foram descritas ações e políticas públicas implementadas pela administração pública municipal que se destacaram na coleta de dados e durante o tempo da pesquisa empírica. Essas medidas foram categorizadas de acordo com as dimensões do tripé da sustentabilidade. Observou-se que a gestão pública municipal atua nas três dimensões do tripé e busca rotineiramente a participação social no processo das políticas públicas, no diagnóstico, formatação, implementação, controle e avaliação das políticas.

Sob outra perspectiva, foram selecionados indicadores de desempenho da NBR ISO 37120.2017 que se relaciona a sustentabilidade das cidades e esses foram comparados e analisados em uma série temporal com a média nacional. Percebeu-se que houve crescimento dos indicadores econômicos, porém os indicadores sociais e ambientais não evoluíram na mesma proporção e apresentaram oscilação de tendências positivas e negativas no período.

Verificou-se que o crescimento econômico é importante, mas ele por si só não conduz a promoção social e ao ambiente saudável do local. É preciso que haja escolhas políticas adequadas a gerar os benefícios sociais e ambientais. Essa proposição é destacada por Sen (2010) e Sachs (2007).

Sachs (2007, p. 23) atenta para o fato que o crescimento econômico, por si só não gera o desenvolvimento sustentável, e sim é o instrumento de se obter a inclusão social e o meio-ambiente sustentável. Sen (2010) acrescenta que:

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão dos serviços sociais que o crescimento econômico pode possibilitar. (SEN, 2010, p. 57).

Ademais, a participação social e a aderência aos princípios da governança pública em todas as etapas do processo de políticas públicas indicam ser um caminho possível e viável rumo ao desenvolvimento sustentável das cidades, pois a soberania popular sobre a agenda política aumenta as chances da priorização mais assertiva.

As cidades turísticas enfrentam desafios próprios de gerir as oscilações das demandas turísticas e transformar os picos de geração de renda em turismo sustentável, que produza retornos econômicos, sociais e ambientais positivos ao local.

Não há modelos padronizados que possam ser replicados a todas as cidades e sim boas práticas que estimulem a soberania popular na busca do seu desenvolvimento sustentável, pois cada cidade tem suas características peculiares que devem ser respeitadas e conservadas.

A população e a administração pública da cidade de Bombinhas/SC demonstraram estar implementando ações que promovam o desenvolvimento sustentável e essas por sua vez, já estão refletindo positivamente nos indicadores de desempenho analisados.

## REFERÊNCIAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Acesso em 20 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.aneel.gov.br>.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acesso em 23 de setembro, 2017. Disponível: <http://abnt.org.br>.

Atlas Brasil. Acesso em 14 de novembro, 2017. Disponível: <http://atlasbrasil.org.br>.

Babar, M. & Arif, F. (2017). *Smart urban planning using big data analytics based internet of things*. *ACM International Symposium on Wearable Computers*. (pp. 397-402). Maui, Hawaii, Estados Unidos.

Cabral, M. (2017). Turismo criativo para todos: uma base para o planejamento sustentável de destinos. *Dedica: Revista de Educação e Humanidades*. (v.12. pp.11-32).

Correa, M. L., Pimenta, S. M. & Arndt, J. R. L. (2009). Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências. Belo Horizonte. Autêntica.

Da Silva, A. P. (2017). Gestão Municipal de Qualidade, Uma Tarefa Possível? *Revista Brasileira de Administração*. (ed. 116. pp. 20-26).

Barreto, E.O. & Tavares, M.G.C. (2017). O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: O Caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo. (v.10, n.3, pp.579-611).

DATASUS – Departamento de Informática do sistema único de saúde. Acesso em 10 de novembro, 2017. Disponível: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

Economist Intelligence Unit. Recuperado em 10 de novembro, 2017 Disponível: <https://www.economist.com/graphicdetail/2017/08/16/global-liveability-has-improved-for-the-first-time-in-a-decade>.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo. Acesso em 10 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.embratur.gov.br/>.

Franz, N. M. (2018). Gestão Participativa, Práticas de Governança e o Desenvolvimento Sustentável em Cidades Turísticas de Pequeno Porte. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE. Curitiba, PR, Brasil.

Guia Trabalhista. Acesso em 16 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.guiatrabalhista.com.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso de 05 a 16 de dezembro, 2017 e em 10 de maio, 2018. Disponível: <https://www.ibge.gov.br> .

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acesso em 21 de janeiro, 2018. Disponível: <http://ideb.inep.gov.br/resultado> .

Instituto Trata Brasil. Acesso em 11 de junho, 2018. Disponível: <http://www.tratabrasil.org.br>

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Acesso em 16 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/portal> .

Leite, C. (2012). *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre. Bookman.

Ministério do Meio Ambiente. Acesso em 13 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.mma.gov.br> .

Ministério do Turismo. Acesso em 19 de setembro, 2017. Disponível: <http://www.turismo.gov.br> .

Nações Unidas. Acesso em 29 de agosto, 2017. Disponível: <https://nacoesunidas.org> .

Oliveira Leite, L. & Rezende, D. A. (2017). *E-gov. estratégico: governo eletrônico para gestão do desempenho da administração pública*. Appris Editora e Livraria Eireli-ME,

OMT - Organização Mundial do Turismo. Acesso em 04 de julho, 2018. Disponível: <http://www2.unwto.org> .

Philippi, A., Jr. & Ruschmann, D. V. M. (2010). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri/SP. Manole.

Portal da Prefeitura Municipal de Bombinhas. Acesso de 04 de abril, 2017 a 08 de junho, 2018. Disponível: <http://www.bombinhas.sc.gov.br> .

Programa de cidades sustentáveis. Recuperado em 18 de maio, 2018, de <http://www.cidadessustentaveis.org.br> .

Rabelo, M.T.O., Antonius, K.A. J., Girard, P., Ioris, A.A.R. & Figueiredo, D.M. (2017). Percepção dos atores sociais do turismo sobre o pulso de inundação do Pantanal (MT). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo. (v.10, n.3, pp.708-736).

Ramalho, J. L. B. R. (2015). *Smart Cities - Fazer uma Avaliação do Estado da Arte do Conceito e Hierquizar, Com Base Numa Metodologia de Decisão, as Medidas a Implementar no Território de Intervenção da Energia*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Engenharia Universidade do Porto. Porto. Portugal.

Rego, J. A. A. (2013). *Cidades Sustentáveis: Lidando com a urbanização de forma ambiental, social e economicamente sustentável*. Recuperado em 04 de julho, 2017 de <http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/17.-PNUMA-Artigo.pdf> .

Sachs, I. (2007) *Organizado por Nascimento, E. P. & Vianna. J. N. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*, Rio de Janeiro. Garamond.

Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro. Garamond.

Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro. Garamond.

Salazar, A. S., Bueno, M. A. G., Jiménez, A. R. & Rodriguez, D. A. F. (2017). *Perspectivas del Turismo Comunitario: un camino a la inclusión social de las comunidades y la conservación de los recursos naturales. Estudio de caso*. KIKAME – Revista Digital de Divulgacion e Investigacion Turística. Tepic, Nayarit. México. (v. 3, pp. 93-105).

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade (Development as freedom)*; tradução Motta, L. T. São Paulo: Companhia das Letras.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Acesso em 11 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.snis.gov.br>

*Sustainable Tourism for Development Guidebook*. World Tourism Organization (UNWTO). Recuperado em 10 de agosto, 2017, de <http://icr.unwto.org/content/guidebook-sustainable-tourism-development> .

Weiss, M. C., Bernardes, R. C. & Consoni, F. L. (2017). Cidades inteligentes: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. Revista Tecnológica da Fatec Americana. (v. 5, n. 1, pp. 01-13).